

Congresso decide convocar Zélia para debater orçamento

BRASÍLIA — A Comissão Mista de Orçamento decidiu ontem convocar a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, para explicar as incoerências entre o plano plurianual de orçamento e o orçamento de 91, detectadas pelo Deputado César Maia (PDT-RJ). Um dos pontos mais criticados foi a não-inclusão de juros da dívida pública (que incidem sobre os títulos do Governo) no orçamento de 91 e no programas plurianual de 91 a 95.

— A questão dos juros é muito grave. O montante de recursos retidos em maio chega a Cr\$ 2 trilhões. Se calcularmos a taxa de 9%, os juros seriam de aproximadamente Cr\$ 200 milhões. O orçamento consigna uma diferença de aproximadamente Cr\$ 130 bilhões. O Governo terá que mostrar todos os cálculos a este respeito — afirmou o Deputado José Serra (PSDB-SP), que apoiou totalmente a convocação da Ministra.

Serra apontou ainda um segundo ponto que o Governo não incluiu no orçamento: o resgate dos certificados de privatização (CPs). Segundo o Deputado, a impressão é a de que o Governo quer desviar esses recursos, através de um caminho extra-orçamentário. A exclusão do resgate dos CPs no orçamento é proibida pela LDO.

César Maia quer saber também por que o Governo enviou um documento detalhado aos bancos credores, com previsão de zero por cento para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1991 e apresentou ao Congresso um índice de 3% de crescimento do PIB no próximo ano. O outro ponto é o valor do PIB de 1991, superior a US\$ 500 bilhões. Segundo César Maia, esse cálculo está superestimado, porque o PIB brasileiro não chega a US\$ 400 bilhões.

Uma quarta incoerência apontada por César Maia foi no saldo primário — receitas correntes e reforma patrimonial menos despesa com pessoal e a parte dos municípios. No orçamento de 91, o Governo não demonstrou um saldo de 1,3% apontado no plano plurianual.

— A Ministra terá que explicar que taxas de câmbio e quais parâmetros utilizou para chegar aos números que demonstrou. Os números não fecham e isso é grave — afirmou Maia.

Na lista de incoerências os parlamentares apresentaram ainda a utilização de recursos da seguridade social no pagamento de inativos da União. No orçamento de 91, houve a aplicação dos recursos. No plano plurianual, o Governo se compromete a saldar o pagamento dos inativos com recursos do Tesouro. A data do debate com a Ministra deverá ser definida até a próxima quarta-feira, quando a Comissão vai se reunir para que cada bancada selecione os projetos prioritários em seus Estados. Além disso os parlamentares querem incluir outros temas para debate com a Ministra, como a utilização dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).